

## O DISCURSO DA HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE

Aparecida Regina Borges Sellan,  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP/ UBC

Este trabalho tem por tema um estudo dos procedimentos retóricos no discurso da e sobre a história. Tem por objetivo verificar a representação de uma retórica da derrota transmutada numa retórica da vitória, no discurso histórico sobre a Revolução Constitucionalista de 32, segundo uma narração presentificada por testemunhos e argumentos, contribuindo para a formação da identidade do paulista.

O presente estudo se justifica pela necessidade de se entender o processo interdiscursivo de práticas sociais dos discursos da história, entendida como o suceder de fatos que contribuem para o estabelecimento de uma identidade nacional. Esses discursos são aqui considerados segundo a categorização de Gonçalves (1996) como *narrativas nacionais*, isto é, modalidades discursivas cujo propósito fundamental é a construção de uma *memória* e de uma *identidade* a partir dos modos pelos quais determinada categoria social as definem em função do empreendimento de construção da nação (p.11).

O fato histórico selecionado, a Revolução Constitucionalista de 32, está condicionado à construção da identidade, da consciência que o homem paulista tem de seu contexto histórico, social e cultural e de sua posição no mundo.

Segundo Rodrigues (1969:27), a vida e a realidade são história, gerando passado e futuro. Desse modo, a forma de os homens conceberem o mundo depende muito do modo de vida da sociedade. Portanto, a produção histórica está condicionada ao grau de consciência que o homem possui de seu contexto. Pode-se, assim, afirmar que a história procura detectar as transformações da sociedade a partir das relações que o homem estabelece com a natureza e com outros homens; pois é desta interação que resultam os fatos, os acontecimentos e os fenômenos, formando o processo histórico.

Para Chauí (1981), a História é a história do modo real como os homens reais produzem suas condições reais de existência. É a história do modo como se reproduzem a si mesmos (...) como produzem e reproduzem suas relações com a natureza (pelo trabalho), do modo como produzem e reproduzem suas relações sociais (pela divisão social do trabalho e pela forma da propriedade, que constituem as formas das relações de produção). É também história do modo como os homens interpretam todas essas relações, seja numa interpretação imaginária, como na ideologia, seja como numa interpretação real, pelo conhecimento que produziu ou produz tais relações.

Do ponto de vista da Análise do Discurso, não se pode conceber a História enquanto continuidade, pois, desse modo, ter-se-ia seu distanciamento do conhecimento materialista e dialético da realidade social. Pelo contrário, deve-se conceber História como ruptura, como um processo dotado de uma força motriz interna que produz os acontecimentos.

Orlandi (1990: 35) afirma que a história, do ponto de vista da Análise do Discurso, “está ligada a práticas e não ao tempo em si. Ela se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e de sentidos, e não a de cronologia: não é o tempo cronológico que organiza a história, mas a relação com o poder (a política). Assim, a relação da Análise do Discurso com o texto não é de extrair o sentido, mas de apreender a sua historicidade, o que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos”.

Para Gonçalves (1996), tanto a história quanto a política são construções culturais e, como tais, não são realidades preexistentes nas quais estariam situadas as ações humanas. Em outras palavras, tanto a política quanto a história não são anteriores, mas parte das narrativas nacionalistas. Essas narrativas, por sua vez, não são simplesmente textos no sentido estrito da palavra; elas são formas de ação, “performance” (cf. p.12).

É nesse aspecto que um estudo fundamentado numa Retórica dos discursos faz sentido, já que a abordagem retórica aqui privilegiada é aquela que leva em conta não apenas o texto em si, mas também o ato de emissão e o efeito sobre o leitor, ou seja, considera o produto, o autor, o leitor e as circunstâncias em que se processa a comunicação.

Embora se pretenda recente, pelos estudos de Perelman em seu Tratado da Argumentação (1969), sabe-se que os estudos retóricos sempre foram objeto de indagação do homem desde a era clássica, considerando a Retórica como a arte de falar em público de forma persuasiva; referindo-se, pois, ao uso da língua falada, do discurso diante de uma multidão, reunida em praça pública, com o fim de obter sua adesão à tese apresentada. Vista assim, o objetivo da arte retórica era o mesmo de qualquer processo argumentativo.

É de Aristóteles que se recuperam a lógica do verossímil e a lógica da verdade, de cuja contribuição depreendem-se dois campos de aplicação do raciocínio humano: o raciocínio argumentativo e o raciocínio demonstrativo. No primeiro, o ponto de partida do raciocínio humano tem foco em premissas verossímeis --prováveis e controversas ; no segundo, o foco está em premissas verdadeiras --necessárias e verdadeiras (cf. Mauro, 1997).

O raciocínio demonstrativo se insere no interior dos sistemas formais, constituídos pelos lógicos, mediante a elaboração de uma linguagem artificial e unívoca que deve conduzir à uma conclusão verdadeira. Já, o raciocínio argumentativo se insere no universo dos discursos constituídos em linguagem natural e polissêmica, em situações de debate, de decisões e de escolhas. Toma por base o caráter provável de opiniões, buscando levar o auditório a aceitar uma conclusão verossímil. Sendo mais pluralista, pratica-se na e através da discursividade, envolvendo dimensões intersubjetivas, desde aspectos psicológicos, afetivos e sócio-culturais até ideológicos.

Na Retórica moderna, a partir de Perelman, pelo emprego de técnicas discursivas busca-se a adesão dos espíritos às teses, o que caracteriza a argumentação como um ato de persuasão. Nesse sentido, a linguagem não é só meio de comunicação, mas também instrumento de ação sobre os espíritos, ou seja, é um meio de persuasão, pela interação.

Concebendo assim a linguagem é que se pode postular a inexistência do discurso neutro, objetivo, imparcial; pelo contrário, a argumentatividade, segundo Ducrot (1981), está inscrita na própria língua. Portanto, o uso da linguagem é inerentemente argumentativo.

É também Gonçalves (1996) que se refere à questão da autoridade narrativa postulando que a moderna crença segundo a qual os historiadores descrevem ou deveriam descrever os fatos ‘como eles realmente ocorreram’ é produzida por meio de uma estratégia onde o historiador define a autoridade da narrativa como “a autoridade da própria realidade” (White,1980:19, apud Gonçalves). O que implica que o historiador, enquanto narrador, desapareça. O lugar de onde ele fala permanece invisível, sendo “a própria realidade” que se manifesta através de seu texto (Araujo,1988, apud Gonçalves). O passado que o historiador descreve e analisa é apresentado como uma “realidade” cuja existência independia do narrador, sendo sua tarefa a de expor aquele passado tal como ele

realmente ocorreu. Do leitor espera-se que assuma o pacto de ler o texto histórico como o espelho de uma realidade que, à espera do historiador, veio a ser refletida em seu texto.(p. 17).

A título de análise, selecionou-se um texto publicado no espaço Opinião, do caderno Cidades, do jornal *O Diário*, em 9 de julho de 1997. O texto, cujo título é SÃO PAULO LUTOU POR UM IDEAL, está assinado por Benedito Evilásio Freitas, revolucionário e um dos combatentes do 1º Batalhão da Força Pública, conhecido como Batalhão Tobias Aguiar.

Recorre-se para a análise à postura de Perelman para o discurso argumentativo escrito, considerado como o discurso produzido em dada situação, com a finalidade de obter a adesão de um interlocutor (auditório). A argumentação, nesse sentido, baseia-se no caráter provável de opiniões, levando o auditório a aceitar uma conclusão verossímil.

Assim, estabelece-se como premissa maior a representação contida no próprio título “São Paulo lutou por um ideal”; e, como premissa menor, implícita no texto por seus argumentos, “quem luta por um ideal não tem de, necessariamente, vencer a revolução; tem de fazer valer o ideal da luta”.

Nesse contexto, polifônico e historicamente situado, vê-se instaurar o embate de perspectivas diferentes: por um lado, a voz institucional de um discurso fundador, marcado pelo saber histórico; por outro, a voz emocional de um saber empírico, marcado pela experiência aflorada pela lembrança da participação efetiva.

Desse modo, o critério para se estabelecer as premissas diz respeito à seleção dos objetos do acordo fundado no real, relativos ao preferível, segundo o ponto de vista do enunciador, na análise do acontecimento. Nesse caso, os valores hierarquizados buscam colocar em interlocução dois grupos ideologicamente marcados: os vencedores e os derrotados. Detectados os grupos, é possível verificar significações que indicam valores do preferível para reconstruir os sentidos de derrota e de vitória.

Para construir seu raciocínio, o locutor-enunciador do texto em questão projeta como interlocutor-enunciatário um auditório que partilha conhecimentos sobre o fato “Revolução de 32” e, a partir da premissa maior, constrói argumentos para reforçar e justificar a luta e converter a derrota em vitória.

#### Argumento 1-

“Correu um boato que São Paulo ia lutar pela sua independência, separar-se do Brasil, tornando-se uma nação livre”.

Aparentemente este argumento entra em disjunção com a premissa maior, porém, o que ele faz é preparar o espírito de seu auditório para uma mudança, para o convencimento e a aceitação de uma nova crença, numa nova perspectiva, rompendo com o saber partilhado institucional, já que os “boatos” não enunciam necessariamente “verdades”. Como reforço, esta suposta disjunção é imediatamente desfeita quando se vêem elencados, através de provas extrínsecas, com base em argumentos de autoridade, uma série de nomes, suas titulações e procedências para justificar a real verdade sobre os fatos.

#### Argumento 2-

“Não, não era possível que os principais representantes dos principais estados brasileiros se unissem a São Paulo para ajudá-lo a se independe”.

Este argumento entra como reforço da luta por um “ideal” e não pela independência de São Paulo. Através de uma visão subjetiva, constrói argumentos de ruptura, contrariando o saber institucional, dando primazia aos demais estados e a seus respectivos representantes; colocando São Paulo como um estado não digno de merecer “apoio” tão representativo. Como reforço para esse argumento, o enunciador apoia-se, ainda, em fatos que comprovam o sentido de ideal, ao enfatizar o contexto como sendo o de São Paulo: enuncia datas, enuncia nomes, situa locais. Por exemplo, Em 25 de maio de 1932; estudantes de medicina, Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo; Rua 24 de maio e a sigla M.M.D.C.

O que se torna enfático, por essas referências, é a existência de uma luta, cujo centro é São Paulo e cuja força esta em sua gente.

#### Argumento 3-

“A situação não era nada favorável”.

Esse argumento se apresenta como uma prova intrínseca, preparando seu auditório para colocar em prática a emoção que o fará compartilhar de sentimentos que comprovam o argumento da “vitória do ideal”. Esta, por um lado, subjetivamente baseado num conceito de fragilidade dos paulistas, visto que, em menor número e menos preparados, aparentemente colocavam-se à mercê dos adversários. Por outro lado, enaltece e agiganta o lema M.M.D.C., como vozes responsáveis pelo movimento constitucionalista. Dessa forma, desqualifica o adversário já que, em caso de vitória destes, os louros significariam a imposição pela força e não pelo ideal.

#### Argumento 4-

“Paulistas autênticos e destemidos lutam pela defesa da liberdade do Brasil”.

Esse argumento discursivamente se intertextualiza com os discursos nacionalistas do início de nossa história, em que “terra lendária de Piratininga e bloco Bandeirante” ativa no interlocutor uma memória histórica, ligada ao prestígio, caracterizando o argumento de autoridade (cf. Perelman, 1976). Por uma retórica do sacrifício (em nome daqueles que deram suas vidas por um ideal nacionalista), presentifica os heróis da era colonial brasileira, fazendo-se representar, numa relação metonímica, pelos paulistas na revolução de 32. Por um lado, o cenário da luta é romanticamente construído, remetendo o leitor aos ideais dos movimentos de independência dos séculos XVIII e XIX. Por outro lado, cria-se um reforço argumentativo no sentido de, ao apropriar-se de um passado e de uma tradição do herói, constituir-se como “autêntico”, “destemido” e “defensor”, não só de São Paulo, como também, e talvez principalmente, do Brasil. É a vida e a realidade refletindo passado e projetando futuro, fazendo história, conforme Rodrigues (1969); é a ação humana, enquanto construção da tradição e da cultura, conforme Gonçalves (1996).

#### Argumento 5-

“Paulistas se renderam”.

Esse argumento coloca em jogo conceitos e valores ideológicos; ao par opositivo vencer/perder (vitória/derrota) opõe-se uma expressão única: render. Render tem seu sentido reconstruído discursivamente, opondo 'lutar por um ideal X lutar para demonstrar força'.

Render significa deixar de ganhar a luta para ganhar uma causa maior: "abrir os olhos dos brasileiro e fazer com que eles enxergassem de maneira diferente, distinguindo aquilo que realmente se dizia a respeito da nação e despertando no povo brasileiro o espírito de liberdade." Desse modo, e aderindo a esse reforço argumentativo, São Paulo coloca-se à frente das ideologias de oposição à causa porque lutou, significando dizer que, ao vislumbrar algo muito mais importante e estender seu sentimento de nacionalismo para além das fronteiras paulistas, render não significa ser derrotado, mas, conforme algumas das designações do verbete de Aurélio B. de Holanda, significa "vencer, obrigar a capitular; dar como lucro ou resultado".

Nesse sentido, a premissa que organizou todo o discurso se funda em representações admitidas pelo auditório universal em que se situa também o locutor-enunciador, pois pressupõe que ambos crêem que a legitimidade da história reside na identidade com o real. Esse "efeito de realidade" (Barthes, 1988: 141-148, apud Gonçalves) no contexto das narrativas do patrimônio cultural (o saber histórico sobre as revoluções nacionais é um tipo de patrimônio) obtém-se por práticas que autenticam o real, enquanto sua história e sua identidade.

Ao autenticar o real, a autoridade da própria realidade apagou a presença do narrador-enunciador e do lugar de onde ele fala, deixando manifestar-se a própria realidade e, por conseguinte, buscando a adesão do auditório pressuposto na relação interdiscursiva. Os argumentos pragmáticos, fundados sobre a estrutura do real -a Revolução de 32-, fazendo ligações entre elementos do real, entre argumentos de autoridade, contribuíram para o apagamento do narrador-enunciador e do lugar por ele ocupado.

Segundo Mosca (1997), no discurso persuasivo são mobilizados todos os recursos retóricos para efeitos de sentido, isto é, com vistas a um determinado fim, havendo pois um caráter manipulador em seu funcionamento. Nesse sentido, todo discurso é uma construção retórica, na medida em que procura conduzir o seu destinatário na direção de uma determinada perspectiva do assunto, projetando-lhe o seu próprio ponto de vista, para o qual pretende obter adesão.

Assim, contrariando todos os demais discursos da história sobre a derrota sofrida por São Paulo na Revolução de 32, o texto analisado, cujos argumentos se fundam sobre a estrutura do real e buscam estabelecer uma solidariedade entre julgamentos - conforme Perelman, 1969- descortina um novo sentido, por um novo ponto de vista, por uma nova forma de interpretar as relações históricas, ao falsear a evidência da derrota, através da construção de premissas pluralistas, apoiadas, em parte, na subjetividade do locutor-enunciador, o que significa dizer que, embora a Revolução tenha sido um fracasso do ponto de vista militar, foi sucesso do ponto de vista político e social, pois no ano seguinte aconteceram as eleições para a Assembléia Constituinte e, em 1934, a promulgação da Nova Constituição.

Em síntese, por esse prisma, a Revolução Constitucionalista de 32 situa São Paulo como a representação da identidade nacional brasileira; por um lado, pela formação de uma tradição de luta como a expressão do processo social e histórico de formação nacional; de outro, como forma de ação numa realidade culturalmente significativa. Assim, os resultados obtidos por esse estudo levam a crer na necessidade de se repensar o ensino

de leitura de textos variados, em especial os de história, a fim de possibilitar a percepção do embate que se trava entre diferentes pontos de vista no processo intra e interdiscursivo de práticas sociais dos discursos dessa natureza.

## BIBLIOGRAFIA

- BRANDÃO, H. H. N. 1998. *Subjetividade, argumentação e polifonia. A propaganda da Petrobrás*. São Paulo: Fund. Editora da UNESP.
- CERTEAU, M. 1994. *A invenção do cotidiano*, vol. 1 e 2. Petrópolis: Vozes.
- DUCROT, O. 1981. *Provar e Dizer*. São Paulo: Global Universitária.
- GODMAN, N. S/d. *El discurso como objeto de la historia*. Buenos Aires: Libreria Hachette S.A.
- GONÇALVES, J. R. S. 1996. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN.
- LINHARES, M.Y. 1996. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus.
- MAFFESOLI, M. 1996. *No fundo das aparências*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- MOSCA, L. do L. S., org. 1997. *Retóricas de ontem e de hoje*. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP ( artigos diversos).
- ORLANDI, E. P. 1990. *Terra à Vista*. Campinas: UNICAMP.
- PERELMAN, C. & OLBRECHTTS-TYTECA, L. 1969. *Traité de l'argumentation - la nouvelle rhétorique*. Ed. de l'Université de Bruxelles, Belgique.
- PERELMAN, C. 1993. *O Império Retórico*. Lisboa: Asa.
- RODRIGUES, J.H. 1969. *Teoria da História*. São Paulo: Editora nacional.